

Teoria, Trabalho e Gênero: Debate Historiográfico e Diálogos Entre Precarização e Feminização do Trabalho Docente

Mariana Esteves de Oliveira¹

RESUMO: Neste artigo, analiso as trajetórias historiográficas das categorias de “trabalho” e “gênero” para relacioná-las ao processo de precarização e feminização do trabalho docente, tema da minha pesquisa de doutorado. As confluências teóricas, todavia, não são instrumentalizadas para resolver ou simplificar as questões estudadas, mas para desvelar e fundamentar a complexidade do processo de precarização e superar os próprios limites impostos pelas categorias de análise teórica.

Palavras-Chaves: Trabalho; Gênero; Precarização Docente.

Theory, Labour and Gender: historiographical canvass and dialogue between Casualization and feminization of teaching

ABSTRACT: This article discusses the historiographical trajectories of the categories of "labour" and "gender" to relate them to the process of casualization and feminization of teaching, subject of my doctoral research. Theoretical confluences, however, are not manipulated to solve or simplify the issues studied, but to reveal and explain the complexity of the process of casualization and overcome their own limits imposed by the categories of theoretical analysis.

Key Words: Labour; Gender; Casualization of teaching.

INTRODUÇÃO

Concebemos as teorias da história como lanternas que iluminam os trajetos da pesquisa e da construção do conhecimento histórico. Por um lado, este norte se faz necessário para que a escrita da história não se perca no “mar” de possibilidades, não perca o foco da pesquisa e a sua necessária problematização. Por outro lado, as teorias não podem ser camisas de forças a travarem a liberdade de questionamentos e abordagens para o historiador. Neste sentido, a prerrogativa da teoria é a própria dialética entre ela e os interlocutores da pesquisa: pesquisador, objetos e fontes.

As categorias de análises na história se originam das matrizes teóricas construídas nas trajetórias historiográficas em que transitou a própria história-disciplina, desde a construção dos conceitos da história-ciência, passando pela

¹ Doutoranda em História na UFGD e Professora Assistente UFMS/CPTL.

crítica à história positivista, a emergência dos Annales, a influência do marxismo, a ampliação dos métodos, objetos e abordagens, as críticas ao estruturalismo, a crise dos paradigmas e as renovações do fazer-se dessa história como síntese de todos estes processos. São categorias por que ganham, dentro da pesquisa e da escrita da história, a centralidade da abordagem de análise. Não pretendem universalidade da explicação mas são eleitas por que refletem alguns “determinismos” teóricos e, por isso, muitas vezes, uma e outra categorias conflitam epistemologicamente.

Neste texto, pretendemos averiguar as possibilidades do diálogo entre as categorias de análises históricas de trabalho e gênero para compreender os processos de precarização e feminização do trabalho docente. Para esse feito, entendemos a necessidade de conhecer essas categorias e alguns de seus trajetos historiográficos, bem como seus problemas, limites e possibilidades. Vale destacar que, para o presente artigo, nos pautamos em uma análise da bibliografia concernente, resultante de um incipiente diálogo teórico da pesquisa, motivado na Disciplina de Teorias da História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados.

Apesar de desafiador, não há pioneirismo neste diálogo proposto aqui. A própria OIT (Organização Internacional do Trabalho) entende que é preciso considerar as realidades que compõem o mundo do trabalho na sua multiplicidade. Em recente relatório, ao analisar as desigualdades no mundo do trabalho, ela lançou mão do apelo de Margareth Maruani em se pensar o gênero como importante indicador das questões do mundo do trabalho:

Estudar a evolução do lugar dos homens e das mulheres no mercado de trabalho não é dedicar-se a sociografia de uma categoria de mão de obra à parte – as mulheres. É ter meios para identificar as mudanças estruturais que produziram as transformações da população ativa. (...) Aprofundando a análise das diferenças de sexo no mercado de trabalho, não se contribui apenas para o acúmulo de saberes sobre a atividade feminina, participa-se também do progresso geral dos conhecimentos sobre o mundo do trabalho. E é exatamente essa ideia que ainda é difícil de admitir, mas que urge aceitar. Para que a variável ‘sexo’ deixe de ser mal vista e as lógicas de gênero estejam no cerne da reflexão sobre o trabalho e o emprego (OIT, 2010, p. 11-12).

A proposta do diálogo está para além, exclusivamente, de um debate teórico e acadêmico, ela se coloca como uma questão que a sociedade vem apontando e nos indica, novamente, que teorias da história e categorias de análise de nada servirão se continuarem presas aos bancos acadêmicos e não alcançarem a vida

dos homens e das mulheres, sujeitos da história. Eis outra e, para nós, definitiva prerrogativa da teoria: fazer-se presente na ação política do pesquisador como sujeito consciente.

A priori, apenas entendemos que, assim como os objetos não se auto explicam, eles também não se desvelam isoladamente, apenas com uma resposta ou com um olhar. É preciso teoria. É preciso confrontar teorias. Para isso, vamos agora traçar algumas destas trajetórias teórico-historiográficas e perceber os espaços em que este necessário diálogo poderá ser proposto.

A HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: NASCIMENTO, CRISE E RENOVAÇÃO

A historiografia baseada na história social do trabalho nasceu na aurora do século XX, militante e marxista. Toda a sua emergência e história está na centralidade do trabalho para se pensar a ação humana. O próprio conceito ontológico de trabalho será o fio condutor que, segundo Karl Marx, possibilita a transformação do animal em homem e da natureza pelo homem. Para Marx, o trabalho é a condição humana. Ainda é em Marx que este sentido foi compreendido para se pensar as relações sociais no capitalismo e daí emergiram os conceitos de estranhamento e alienação que figuram no bojo da lente de visão da história social do trabalho acerca do funcionamento da sociedade.

Resultaram desta compreensão dois significativos axiomas: no primeiro temos que o trabalhador não tem o controle do seu tempo de trabalho e tampouco dos meios de produção, que estão sob o controle do capitalista; e segundo, que o trabalhador não se reconhece e não desfruta da consequência direta do seu trabalho pois seu resultado não lhe pertence, e sim ao capitalista. Em consequência, o trabalhador se encontra expropriado de sua condição de humanidade. O capitalismo tornou-o uma mercadoria componente do sistema produtivo:

O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo dos objetos. O trabalho não cria apenas objetos; ele também se produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e, deveras, na mesma proporção em que produz bens. Esse fato simplesmente subentende que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, agora se lhe opõe como um ser estranho, como uma força independente do produtor. O produto do trabalho humano é trabalho incorporado em um objeto e convertido em coisa física; esse produto é uma objetificação do trabalho. A execução do trabalho é simultaneamente sua objetificação. A

execução do trabalho aparece na esfera da Economia Política como uma perversão do trabalhador, a objetificação como uma perda e uma servidão ante o objeto, e a apropriação como alienação (MARX, 1993, p. 59).

No Brasil, estes princípios surgiram na historiografia do trabalho também de forma militante, porque ela mesma nasceu fora da academia. Seu berço é o sindicato. Ao elaborar um breve histórico da historiografia do trabalho no Brasil, Cláudio Batalha destacou que as obras anteriores aos anos 1950 e 1960 não possuíam uma preocupação historiográfica, mas serviam de guia para sindicatos preocupados com o direito operário. Para ele, as primeiras obras que vislumbraram a história dos trabalhadores tinham este caráter e se manifestavam sob as formas de efemérides, histórias inaugurais e memórias, geralmente vinculadas a personagens do Partido Comunista e com “função legitimadora, da classe, da política sindical, da corrente ideológica ou partido, ou ainda, do indivíduo militante” (BATALHA, 1998, p. 147).

Ao longo da década de 1960, surgiram as chamadas sínteses sociológicas generalizantes, mas até os anos 1970, a historiografia do trabalho no Brasil não havia construído um corpo próprio e a classe operária brasileira poderia conhecer sua história apenas com inferências à Sociologia e à Ciência Política. Neste sentido, ao adentrar os anos 1970, quem deu o início a uma historiografia expressiva que colocou em destaque o trabalho e os trabalhadores brasileiros foram os chamados brasilianistas, como Michael Hall, Sheldon Maram, Michael Connif e outros que, segundo Batalha, contribuíram, principalmente, para utilização e organização rigorosa de um vasto número de fontes. No bojo da produção brasilianista nasceu um campo da produção brasileira cujo maior destaque, naquele período, foi Boris Fausto. Isto, “inaugura entre os estudiosos brasileiros da classe operária, procedimentos de pesquisa que são de praxe no ofício de historiador, mas que até então eram pouco seguidos” (BATALHA, 1998, p. 151).

Na sequência, a historiografia operária dos anos 1980 ganhou a contribuição oriunda dos *Annales*, cujas obras chegavam ao Brasil em maior fluxo em virtude do aumento da atmosfera de liberdade que marcou a década. Com maior intensidade, destacavam-se as contribuições dos autores marxistas como Braverman e Hobsbawm, grandes influências na produção em torno de temas clássicos da história operária, e as obras de E.P Thompson, que produziram efeitos irreversíveis para a ampliação da perspectiva dos historiadores do mundo do trabalho e

possibilitaram a quebra dos ortodoxismos estruturalistas (de que esta linha teórica já começara a ser denunciada naquele momento). Destas influências emergiram novos conceitos para se pensar a classe operária com mais subjetividade, a inserção da cultura e do cotidiano e a abertura do sentido de fontes históricas para a compreensão destas ações de homens e mulheres no mundo do trabalho.

Todavia, a década seguinte experimentou suas próprias crises sociais também na academia e no fazer-se historiográfico. Assim, a crítica aos ortodoxismos estruturalistas se alimentava da própria crise do socialismo soviético e da emergência dos novos sujeitos na cena política, o que também levou a uma profunda fragmentação do pensamento histórico, a hesitar entre o necessário relativismo e a negação. A história como ciência entrou em crise e assistimos a emergência da história como literatura ou linguagem. Chegou-se a afirmar o fim da história. Seguiu-se a este processo de questionamento da cientificidade e do “estatuto do real” na história e a negação do trabalho como categoria analítica da história.

É preciso compreender, todavia, que esta crítica se colocou também em virtude de um cenário com a nova organização do trabalho operada no final do século XX, marcada pela crise do capital (nos seus limites de capacidade de acumulação) e geradora da flexibilização e precarização do trabalho, pelo retorno das políticas (neo)liberais. A precarização, a insegurança e a instabilidade conformam uma nova identidade fragmentada, esse novo trabalhador nessa nova etapa da história.

A partir dos anos de 1970, o processo de produção taylorista-fordista começou a entrar em crise, em razão de não mais atender aos interesses da acumulação do capital. Nessa mesma época, novas formas de organização do trabalho e a incorporação de novas tecnologias, pareciam apontar para uma fase de introdução acelerada de trabalho morto em substituição ao trabalho vivo. A era do capitalismo globalizado torna-se cada vez mais complexa, o que exige o necessário enfrentamento de seu poder destruidor e de suas mazelas assim traduzidas: as altas taxas de desemprego decorrentes de fatores estruturais; a intensificação do ritmo do trabalho; crescimento do trabalho temporário e de tempo parcial; o trabalho precarizado; a subcontratação de trabalhadores. Além das perdas reais de salários dos trabalhadores que permanecem empregados, há a eterna ameaça da perda do emprego – o medo de ser demitido (NETO, BARROS, JUNIOR e MARIANO, 2011, p. 43).

Tanto o processo de reformulação capitalista quanto seus interlocutores teóricos e midiáticos provocaram uma invisibilidade do trabalhador como sujeito

central do processo produtivo, bem como o trabalho como eixo central de produtor da vida (ainda que seja o trabalho aviltante). No entanto, podemos inferir que nunca se viu tantos bens de consumo como no último decênio. São feitos como, onde e por quem? São produzidos por meio do trabalho industrial que, embora supermecanizado, preconiza a atividade humana em massa. Ainda nos produzimos pelo trabalho, embora não apenas por ele:

Ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea, as tendências em curso (...) não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias (...) As mercadorias geradas no mundo do capital resultam da atividade (manual e/ou intelectual) que decorre do trabalho humano em interação com os meios de produção (ANTUNES, 1999, p. 79).

O que a historiografia do trabalho não nega, no entanto, são as metamorfoses a que se submetem os mundos do trabalho e dos trabalhadores e os limites que se colocam para pensá-los. Desta forma, ao modo da historiografia mundial (que produziu uma reflexão e uma abertura plural ao perceber os limites dos ortodoxismos e possíveis reducionismos ao passo da emergência de novos sujeitos, novos objetos e novas abordagens) a historiografia do trabalho também se abriu e contemplou categorias pares. Ou seja, com o debate e a suposta crise, a historiografia do trabalho pôde refletir acerca da categoria do trabalho como importante, central, mas não solitária, homogênea ou exclusiva.

Nesse novo viés em que atua a história do trabalho, o trabalhador deixou de ser considerado apenas como aquele sujeito produtor da rotina fabril e foram englobados os trabalhadores sem trabalho, os trabalhadores sem salário (escravos, camponeses, pobres livres), os trabalhadores em suas diversidades e peculiaridades, por que constituem a “classe que vive do trabalho” não obstante as condições que se colocam, e em diversos espaços e temporalidade. O trabalho, nessa perspectiva, não é apenas o trabalho da fábrica ou o trabalho industrial.

A historiografia do trabalho se abriu, agregou novos temas, métodos e abordagens sem retirar a centralidade do trabalho para pensar a ação humana em seu fazer-se material na tessitura de identidades, ainda que esta categoria já não se encontre com uma exclusividade estática do trabalho operário e como uma camisa de força da ação humana. Os chamados mundos do trabalho – e dos trabalhadores – se ampliaram porque as noções de esgotamento e limitação se

esvaíram. Este era o espaço que procurávamos para propor o diálogo com outra categoria de análise.

Ao compreender essa abertura, cabe a nós, agora, mergulhar dentro da história da categoria teórica de gênero para buscar um espaço correspondente a esse e vislumbrar se, juntas, estas duas centralidades de análise poderão iluminar nosso problema em relação ao processo de precarização e feminização do trabalho docente.

MULHERES E GÊNERO NA HISTÓRIA: SILÊNCIO, PROTAGONISMO E DIÁLOGO

A categoria de gênero surgiu na história como abordagem da história social, mas percorreu caminhos na historiografia até conformar-se, a partir de determinadas abordagens, como uma categoria de análise em uma história cultural pós-estruturalista. Joan Scott é uma das mais importantes teóricas da categoria de gênero em história. Em seu famoso livro “Gênero e História”, a autora marcou as principais concepções que transitaram na historiografia de gênero e os desafios enfrentados pelos historiadores ao centrarem esta categoria nas suas análises e pesquisas.

Dentro desses desafios, habita a necessidade da transversalidade da categoria em seu sentido relacional, bem como as interfaces entre o conhecimento e a produção dos discursos que constroem este “conhecimento das diferenças”, e suas representações:

En estos ensayos, el género significa conocimiento de la diferencia sexual. Empleo el término conocimiento, como Michel Foucault, en el sentido de la comprensión que producen las culturas y sociedades sobre las relaciones humanas, en este caso sobre aquellas entre hombres y mujeres. Tal conocimiento no es absoluto ni verdadero, sino siempre relativo. Se produce de formas muy complejas, dentro de marcos epistémicos muy amplios, con una historia autónoma o casi autónoma. Los usos y significados de tal conocimiento son impugnados políticamente y constituyen los medios por los cuales se construyen las relaciones de poder, dominación y subordinación (...) El conocimiento es una forma de ordenar el mundo; y como tal, no es previo a la organización social sino que es inseparable de ella. Por consiguiente, el género es la organización social de la diferencia sexual (SCOTT, 2008, p. 20).

Entende-se aqui o conceito de gênero como “a organização social da diferença sexual”, de onde podemos inferir que a compreensão da categoria gênero não se reduz ao conhecimento do feminino, mas passa pelos produtos das

relações históricas entre masculino e feminino. Não obstante, sabemos que a história (como disciplina e ciência) construiu-se também etnocêntrica e masculina. Por isso, a categoria gênero constitui um dos pilares de pensamento para a história das mulheres enquanto matriz teórica da historiografia.

Ao discutir a história das mulheres, a autora aponta sua afinidade com outras matrizes de pensamento, afirmando que muitas escolas teóricas da historiografia contemporânea voltaram seus olhares aos movimentos operados pelas mulheres em uma tentativa de somar conhecimento aos objetos convencionais da pesquisa histórica, inclusive a própria história social do trabalho. Para isto ela sugere os trabalhos inspirados em E.P. Thompson, por exemplo, na produção de pesquisa sobre a “participação das mulheres trabalhadoras na campanha em favor do sufrágio na Inglaterra” (SCOTT, 2008, p. 35).

No entanto, por um lado, Scott considera que a história social promove a redução dos sujeitos a uma função de forças econômicas, fazendo do gênero apenas um de seus subprodutos. Vale salientar que, para esta autora, o próprio discurso historiográfico contribui para fundamentar a diferença entre os sexos, em uma relação viva entre texto e contexto. Por outro lado, ela mesma aponta que o risco de se construir uma história separada evidencia uma desestabilização epistemológica mediante a representação do feminino e frente aos processos históricos em análise.

A forma de relativizar esse problema seria compreendendo a construção do próprio processo de representações da identidade feminina nos objetos e tempos estudados. Mas as dificuldades que se colocam não diminuem a necessidade de se repensar a história com este viés. Para Scott, *“la historia de las mujeres debe enfrentarse críticamente a la política de las historias existentes, y así empieza inevitablemente la reescritura de la historia”* (SCOTT, 2008, p. 47).

Estas reflexões e dificuldades teóricas estão, em muito, acompanhadas dos desafios da escrita da história em suas perspectivas metodológicas. Michelle Perrot assinala, em sua obra “As mulheres ou os silêncios da história” que a emergência das pesquisas de gênero se deu em virtude de uma preocupação cada vez mais crescente na eclosão de movimentos feministas. Quando os historiadores perceberam a importância desta categoria, depararam-se com o silêncio da história e das fontes. Isto é, a história e a prática historiográfica estiveram voltadas a perspectiva do público, do escrito e do político, espaços historicamente masculinos,

o que dificultou o desenvolvimento tanto das mulheres na história quanto da história das mulheres.

Segundo Perrot, no entanto, é perfeitamente possível fazer uma história das mulheres se forem ampliadas e repensadas as fontes e os olhares sobre elas. Os historiadores devem, para isso, distanciar-se dos arquivos públicos (já que o público é o espaço negado às mulheres) e aproximar-se dos arquivos privados, das correspondências, diários, artesanatos e objetos.

É ainda nessa direção que caminham as reflexões de Joana Maria Pedro, autora brasileira dedicada aos estudos de gênero. Seu artigo “Relações de Gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea” lançado em 2011 pela Revista Topoifaz um balanço historiográfico desta categoria de análise para pensar como ela tem sido utilizada e apropriada nos últimos cinquenta anos no Cone Sul e reafirmar sua importância nas análises históricas como forma de observar os impactos dos acontecimentos sobre os homens e as mulheres na história.

Joana Pedro reafirma que, assim como a história social do trabalho, a história centrada na categoria de gênero nasceu militante, com a história da emergência do feminismo. Segundo ela, essa história se colocou por meio de ondas, cujas primeiras são eminentemente “militante-feministas” (a primeira por direitos políticos, a segunda, pelo direito ao corpo) e as terminologias empregadas durante seu desenvolvimento evidenciam uma evolução das perspectivas de abordagem teórica no decurso das décadas de 1970 até a primeira década do século XXI:

Essa narrativa, caracterizada por deslocamentos lineares, atribui a cada uma dessas décadas a emergência de uma categoria de análise. Assim, nos anos 1970, a categoria seria a de “mulher”, pensada como a que identificaria a unidade, a irmandade, e ligada ao feminismo radical. Os anos 1980 seriam aqueles identificados com a emergência da categoria “mulheres”, resultado da crítica das feministas negras e do Terceiro Mundo. O feminismo dos 1990 seria o da categoria “relações de gênero”, resultado da virada linguística e, portanto, ligada ao pós-estruturalismo e, por fim, à própria crítica a essa categoria, encabeçada por Judith Butler (PEDRO, 2011, p. 271).

A autora traz como novidade a crítica encabeçada por Judith Butler à categoria (pós-moderna) de gênero como mantenedora da dominação masculina por reforçar o sistema binário que opõe sexo e cultura. A proposta de Butler seria de revitalizar a categoria “mulher” como mobilização política. Além disto, este campo binário é questionado por Joana Pedro também na medida em que esta incorpora,

na categoria de gênero, além das relações homem x mulher, os grupos de gays e lésbicas (e ainda poderíamos somar transexuais e transgêneros, como conflitos que os cercam no bojo da história e de uma sociedade heteronormativa), como compositores deste debate. Ainda há muitas teias a serem tecidas no entendimento das ações dos sujeitos históricos nas dimensões de gênero. Independente destas teias carregarem conceitos de ordens teóricas diversas, transitando entre a militância feminista e o relativismo pós-moderno, o gênero compõe o sujeito histórico e a complexidade do sujeito deve ser considerada pela história.

Dentro da compreensão desta categoria teórica para empreender nosso desafio, entendemos que gênero é uma abordagem que se revela histórica, ou seja, deve ser analisada no conjunto das relações históricas, tempos, lugares, processos e contextos diversos. Compreendemos que apesar de sua aurora estar associada à história social, essa categoria empreendeu um distanciamento e se vinculou às abordagens pós-estruturalistas, ratificada pela própria emergência de movimentos pluralizados e pulverizados em uma sociedade que encontrou outras demandas para além da emancipação socialista ou emergência dos operários. Mas como categoria histórica que é, deve ser repensada quando as angústias do presente se colocam e a relacionam com o ambiente material e concreto, também, do trabalho.

Podemos inferir que também a categoria de gênero preconiza uma abertura e um trânsito necessários, com o objetivo de evitar a manutenção da dicotomia entre os sexos e a produção de uma história segregada de um e outro gênero. Joana Pedro defende que esta categoria seja transversal, isto é, que questão de gênero perpassa a produção historiográfica de maneira colateral, imbricando-se em preocupações da diversidade da órbita historiográfica em relação aos problemas enfrentados por homens e mulheres, com questões de masculinidades e feminilidades, por que esse seria um dos caminhos a contribuir para o conhecimento que construímos. É neste sentido que ela conclui seu artigo, afirmando que:

Alguns trabalhos historiográficos, mesmo não tendo em seus objetivos discutir a questão de gênero nem focalizar as mulheres, têm integrado a discussão em suas problemáticas, fazendo aquilo que sempre foi a grande ambição desses estudos: tornar essa uma questão transversal, incorporando-a como uma categoria de análise que torna mais rica a escrita da história (PEDRO, 2011, p. 277).

Nossa proposta aqui é fazer com que estas trajetórias historiográficas da categoria de análise sejam(re)tomadas de forma dialética. Joan Scott tinha razões suficientes para afirmar que a história social reduzia e limitava a análise dos sujeitos sob o ponto de vista econômico, mas, como vimos, este foi um dos fatores fundamentais que propiciaram a crise e a renovação da própria historiografia do trabalho.

Portanto, propomos que a categoria de gênero retorne à história social do trabalho para uma profícua visita, porque ali temos indagações que não podem ser compreendidas apenas pela centralidade do trabalho e tampouco, na outra ponta, apenas por sua condição de gênero. Se uma e outra categoria estão hoje dispostas a transitarem pela ação humana em sua pluralidade e dialogarem entre si para contribuir na compreensão desses problemas, conforme vimos aqui, então podemos sentir que as categorias teóricas se colocam para compreenderem os sujeitos na história e não o contrário. Não fazemos teorias e pesquisa da história para construir categorias de análises, mas instrumentalizamos essas categorias para compreender os sujeitos na história.

“PROFESSORA NÃO É MAL-PAGA, É MAL-CASADA!”: ENTRE A PRECARIZAÇÃO E A FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Esta impactante frase do subtítulo é atribuída ao ex-governador do Estado de São Paulo, Paulo Maluf, dentro de um estoque generoso de antológicas frases “mal-ditas” de sua coleção². Não obstante o extremo mau gosto da afirmação, consideramo-la uma frase simbólica em que trabalho e gênero concorrem para o entendimento. São dois processos históricos que podemos destacar a partir dela e que estão implícitos até no senso-comum, como ela mesma evidencia: os processos de precarização e feminização do trabalho docente. Nem um nem outro processo são objetos de grande questionamento neste artigo, pois que os tomamos como evidências em nossa pesquisa.

Por um lado, tomamos como evidente a precarização da profissão docente em função do progressivo desmonte das condições de trabalho, materializadas na fragmentação, perda da autonomia do trabalho, desvalorização salarial significativa

²A título de curiosidade, é possível conhecer um hall das famosas frases (de gosto duvidoso) deste político, reunidas em uma matéria do site UOL a propósito dos 82 anos do político. Confiram em <http://noticias.uol.com.br/album/2013/09/02/qual-e-a-frase-mais-polemica-dos-82-anos-de-maluf.htm>

e nas subcondições de ambiente laboral (carga horária estafante, alto número de alunos por sala, falta de estruturas), somadas ainda a resultados psicossomáticos denominados por Esteve (1999) de “mal-estar docente”. Este último seria exemplificado pelo alto número de absenteísmo, licenças médicas, desenvolvimento de inúmeras doenças e síndromes laborais psicossomáticas impeditivas do exercício da profissão e exonerações massivas.

Por seu turno, a feminização do trabalho docente também se revela evidente em estatísticas, no histórico crescimento da participação da mulher nesta atividade laboral, mas complexa no âmbito do seu entendimento conceitual por se atrelar à ideia de “feminilização” do magistério, conforme aponta Adriana Leon:

O processo de feminização do magistério, que é caracterizado pelo aumento do número de mulheres exercendo a docência, está atrelado ao processo de feminilização do magistério, que se caracteriza por imprimir à profissão docente características tidas como femininas. Esses dois processos – feminização e feminilização – talvez tenham favorecido a desqualificação do profissional da educação (LEON, 2009, p. 06).

A questão que se coloca a partir daí é se as relações entre a precarização e a feminização do trabalho docente estão imbricadas e como as categorias de trabalho e gênero tem conduzido o debate acadêmico nesta seara. Nossa hipótese central parte do pressuposto de que estes processos não estão separados, mas ao contrário, são faces de uma mesma história. Não pretendemos esgotar as análises frente a esta hipótese aqui, mas tentaremos observar as formas pelas quais as teorias e categorias trataram o tema.

O processo de precarização do trabalho docente constituiu-se como objeto de estudo recorrente da sociologia da educação desde os anos 1970. Sob influência marxista, os autores preocupados com a questão empreenderam debates que sugeriam a aproximação da escola com a fábrica, enquanto espaço de trabalho (produtivo ou improdutivo) e de luta e resistência trabalhista. Nesse entendimento, este processo havia resultado principalmente das reformas operadas pelos governos do regime militar (sob a forte marca das reformas de 1968) e que foram interpretadas como operadoras da fragmentação do trabalho, produtoras de alienação e precarização.

Até os anos 1990, os debates em torno do trabalho docente tentaram evidenciar e comprovar sua precarização e proletarização, derrubando os

argumentos contrários que afirmavam, por exemplo, a impossibilidade de se pensar o trabalho docente como proletário pois que este é um trabalho intelectual e sobretudo improdutivo no âmbito do conceito capitalista. Mas, em linhas gerais, os pesquisadores entenderam que, apesar das peculiaridades, os processos de precarização e proletarização eram realidades inexoráveis no mundo do trabalho. Um exemplo é a pesquisa de Nicanor Sá, ao concluir que:

O resultado desse processo de transformação foi a proletarização dos trabalhadores da educação. Não importando tratar-se de professores ou técnicos, trabalhadores públicos ou privados, foram todos expropriados de seus meios de produção e de reprodução. Nada possuem além de sua força de trabalho como qualquer proletário. O que distinguia os trabalhadores da educação dos demais proletários era o fato de concentrar em suas mãos uma condição essencial do processo de trabalho educativo – o saber escolar. Com a divisão do trabalho escolar, esse saber foi reduzido a uma parcela insignificante. Cada categoria profissional da esfera do trabalho educativo detém apenas uma parcela (SÁ, 1986, p. 27).

Nessa abordagem destacaram-se as pesquisas de Frigotto, Hypólito e Saviani, nos anos 1980 e 1990. Todos eles entenderam a proletarização e precarização do trabalho docente como processos inegáveis, divergindo apenas em poucos pontos de suas análises e oxigenando algumas discussões, mas ainda dentro dos conceitos marxistas e da centralidade do trabalho. Vale salientar que neles não encontramos uma discussão sobre a feminização do trabalho docente como parte integrante dos objetos estudados.

Neste sentido, Marília de Carvalho aponta como essas abordagens voltadas para os conceitos marxistas clássicos abriram lacunas ao entendimento global do processo. Para esta autora, manter-se na esfera material sem levar em conta os aspectos de gênero, por exemplo, dificulta a própria compreensão do universo do trabalho docente, já que sua feminização é componente deste mundo do trabalho e da categoria docente:

Disso resulta que muitas vezes são feitas transposições para a escola de categorias gestadas na análise do trabalho fabril ou em outros setores de serviços. Se, por um lado, esse âmbito teórico da discussão é fundamental e se, ainda, os paralelos com as formas de organização do trabalho em outros setores revelaram aspectos importantes do trabalho docente, por outro lado, a fragilidade e a repetição desses debates podem ser tomados como indicadores do esgotamento dessa via. Uma segunda lacuna, provavelmente articulada à

anterior, é a quase inexistência de referências à composição majoritariamente feminina do magistério. Desenvolvidas a partir de matrizes teóricas que não incorporam as determinações de gênero, essas discussões tendem a se utilizar de categorias sexualmente cegas, incapazes de revelar as possíveis consequências do fato de os trabalhadores em questão serem homens ou mulheres. Os dados indicam que, nas primeiras quatro séries do 1º grau (antigo primário), a predominância feminina já vem desde os anos 20 deste século no Brasil (CARVALHO, 1996, p. 78).

Com esta observação, poderíamos inferir que a feminização docente foi abordada sob o olhar dos estudiosos do mundo do trabalho desde a emergência das preocupações das desigualdades de gênero, interessados em relacionar este processo ao próprio percurso de proletarização da categoria, e já com as relações consolidadas de questões que procuramos aqui. Mas essas trajetórias não foram tão homogêneas como parecem. Carvalho utilizou-se desse argumento para criticar a sociologia do trabalho e propor novas abordagens, já que ela mesma entendia esta categoria como estática e engessada.

Por seu turno, a feminização do trabalho docente surgiu nos estudos acadêmicos nos anos 1990 com as preocupações dos estudos de gênero, e não automaticamente de trabalho. Mas foi nessa década que as pesquisas se voltaram para os estudos das diferenças operadas pelo gênero e apontaram as estatísticas que comprovavam como tais diferenças se materializaram em prejuízos para o sexo feminino no âmbito do trabalho, por exemplo.

No contexto do campo docente, essa preocupação se manifestou no mapeamento do processo de feminização. Uma pesquisada Secretaria da Educação do Estado de São Paulo em 1990, citada por Carvalho (1996), apontou o seguinte perfil de gênero: As supervisoras eram 72,3%, as diretoras de escola somavam 76,0%, assistentes de direção estavam compostas em 79,5% de mulheres, as professoras de 1ª a 4ª série somavam 97,2% e as professoras de 5ª a 8ª séries e de 2º grau constituíam 75,5% da rede estadual em relação aos homens. Neste momento o processo estava dado e divulgado. Apesar de aparente, foi apenas a partir das publicações das estatísticas e pesquisas que o processo de feminização tornou-se objeto de pesquisa acadêmica.

A professora Marta Sfor ni estudou o tema nos anos 1990 e acredita que, para compreender as perspectivas conceituais da feminização do trabalho docente, é preciso entender primeiramente os contextos ideológicos desta inserção feminina na profissão docente. Segundo esta autora, a entrada das mulheres na docência

cumpriu com os interesses nacionais do início do século XX, no âmbito da constituição de uma identidade nacional, da universalização escolar, e no sentido essencial daquela educação, ligada a uma ideia de domesticação e “docilização” dos estudantes, futuros trabalhadores. Em seus estudos ela salientou a íntima ligação entre o processo de feminização e o processo de feminilização do trabalho docente. Para ela, a feminilização da docência foi um projeto republicano que levou à feminização:

Chegamos, enfim, ao suporte ideológico da feminização docente: na representação dos homens da época, a mulher é naturalmente portadora das qualidades que se deseja reproduzir em cada cidadão-trabalhador, o que foi fundamental para a sua projeção no século XIX, enquanto mãe e professora. O argumento discursivo que a legitima como professora não é, portanto, o elemento intelectual, mas seus “instintos” maternais, que são sinônimos de fé, sensibilidade, devotamento, abnegação; enfim a maternidade é coração e sentimento. A imagem sacralizada da mãe transpõe-se para a professora. Nos discursos da época repete-se exaustivamente esta relação, enquanto na prática, o magistério vai, gradativamente, adquirindo feições femininas. No momento em que as virtudes cívicas ou morais necessárias à preservação das instituições são priorizadas no processo educativo, abrem-se espaços para a mulher. O desenvolvimento das virtudes sociais, que passa necessariamente pela educação da vontade, tem no aspecto psicológico um dos seus principais pontos de atuação. Questão que reforça ainda mais a vinculação entre a mulher e o ensino. Pois, acredita-se que ela detém o conhecimento da “alma infantil”, um conhecimento empírico, adquirido junto ao berço, enquanto mãe. Com habilidades que são consideradas características exclusivas das mulheres, como carinho, persuasão e moralidade superior, moldariam-se os cérebros infantis. (SFORNI, 1997, p. 752).

O Estado procurou deslocar o ideário de violência, punição e severidade nas séries iniciais do ensino para promover um aumento na abrangência social. Com isso, as mulheres teriam ganhado espaço na formação das escolas ‘normais’ porque competiria a elas essa tarefa de atenuar a severidade. Não foram poucas as pesquisas que demonstraram a feminização do trabalho docente como parte de um processo que toma a vocação “natural” da mulher, cuidadora, preceptora, maternal e doce.

Vale lembrar, todavia, que apesar de não focar especificamente nas condições materiais do trabalho, essas pesquisas revelaram que as diferenças entre professores homens e mulheres se refletiam também no salário. As professoras ganhavam menos por que lecionavam nas séries iniciais, em currículos gerais (e inclusive educação doméstica). Professores ministrantes das altas ciências, como matemática, lecionavam nos secundários e, portanto, recebiam melhores salários.

Louro foi mais longe em sua análise de gênero e somou, a essa abordagem, a face conflituosa da feminização em seu início. Assim, ela destacou que a entrada das normalistas no magistério não se deu sem resistência e pode ser concebida como conquista na medida em que:

A identificação da mulher com a atividade docente, que hoje parece a muitos tão natural, era alvo de discussões, disputas e polêmicas. Para alguns parecia uma completa insensatez entregar às mulheres usualmente despreparadas, portadoras de cérebros “pouco desenvolvidos” pelo seu “desuso” a educação das crianças (LOURO, 2001, p. 450).

No mesmo texto, esta autora aponta ainda que, de início, as mulheres se dedicavam ao magistério apenas até a idade de completarem “a verdadeira missão feminina”, ou seja, casarem-se e tornarem-se mães. Havia, no entanto, as mulheres consideradas inaptas ao casamento, “feias e solteironas” que seguiam carreira no magistério como uma alternativa contra a prostração. Apenas as conquistas dos movimentos feministas quebrariam, aos poucos, esses limites impostos pelo universo machista da sociedade republicana. A feminização do magistério, nesse sentido, é abordada como conquista, parte da luta integrante das relações históricas de gênero.

Não obstante, cabe lembrar que o Brasil, nos anos 1960, adentrou ao processo de reestruturação capitalista cuja prerrogativa de organização demandava o trabalho feminino. Provavelmente, a adesão das mulheres ao trabalho “fora de casa” foi conquistada, não sem gritos e resistências, mas coube confortavelmente ao projeto de inserção capitalista brasileiro, como assinalou David Harvey:

Não apenas as novas estruturas do mercado de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo assim trabalhadores homens centrais melhor remunerados e menos facilmente demissíveis pelo trabalho feminino mal pago, como o retorno dos sistemas de trabalho doméstico (HARVEY, 2007, p. 147).

O relativismo que operamos aqui em relação à ideia de conquista feminina no mundo do trabalho se coloca em virtude de que o inverso não ocorreu. Isto é, não obstante a entrada das mulheres no mundo do trabalho produtivo, os homens não passaram a dividir as tarefas domésticas atribuídas às mulheres. Por isso, entendemos que não é possível compreender a feminização da categoria docente apenas aplicando-lhe a abordagem da análise de gênero porque temos aí um efeito

ambíguo e limitado. Ambíguo, pois transita entre a conquista feminista e apropriação do trabalho feminino pelo capitalismo flexível, aquele que torna o trabalho precário.

Ou seja, por um lado, é preciso admitir que a precarização e proletarização do trabalho docente é um processo muito mais complexo que o trabalho fabril e, por outro lado, que a feminização da categoria docente não se explica apenas pelas relações históricas de gênero, que a limitariam entre o entendimento da feminilização e os movimentos e conquistas feministas do pós-1960. Ambos processos parecem estar realmente imbricados e se revelam mais complexos. Eles sugerem estar relacionados e necessitam de abordagens tanto de gênero quanto do mundo do trabalho. Apenas uma ou outra categoria, isoladas, não satisfazem sua compreensão.

Yannoulas ressalta que a feminização do trabalho docente, para ser compreendida de maneira ampla, requer a superação das análises quantitativas e estatísticas que apenas opõem os gêneros em lutas históricas e números reveladores da desigualdade. Para esta autora, é necessário empreender pesquisas empíricas que acolham as experiências da feminização docente de forma a englobar aspectos invisíveis aos números. Ela sugere que há uma utilização limitante da categoria de feminização pela primazia do quantitativo em detrimento do qualitativo e que “a maioria desses estudos aponta para a chegada progressiva das mulheres nos antigos bastiões masculinos e sustentam(...)o postulado segundo o qual o caráter quantitativamente misto dessas profissões constitui um indicador (...)de igualdade” (YANNOULAS, 2001, p. 287).

No decurso de nossa pesquisa bibliográfica, percebemos que esses processos ainda carecem de muitas formas de abordagens para que possamos afirmar conhecê-los. Foi possível perceber lacunas existentes nas categorias que se prestam a desvendá-los. Por exemplo, os estudos se revelaram limitados na medida em que ainda não analisaram o papel do profissional masculino no campo docente e suas relações de poder. As estatísticas revelam que, ao passo que houve a feminização do trabalho docente nas séries iniciais, há uma diminuição deste movimento quando se trata das séries finais e dos cargos gerenciais de ensino. Portanto, há relações de gênero na categoria docente ainda inéditas para os estudos acadêmicos. Ora, vimos que gênero é uma categoria transversal que busca analisar a construção das diferenças operadas pelo sexo, e não a história enviesada de um sexo.

No que tange às nossas questões iniciais, encontramos diversos autores que relacionam os processos como parte integrante de um contexto maior, como Enguita, Nóvoa e Apple. Com esses pensadores, precarização e feminização já têm sido abordadas de forma integrada e dialética, conforme nossas dúvidas e hipóteses colocadas neste texto. Claro que não se trata de concluir e esgotar qualquer hipótese apenas com um breve levantamento, mas de apontar, de forma positiva, que esta é uma questão latente. Apple, um dos autores adeptos desta abordagem, salienta, inclusive, que análises que separam gênero e mundo do trabalho jamais poderão compreender o trabalho docente. Para este autor, a menos que vejamos as conexões entre essas duas dinâmicas “não poderemos compreender nem a história nem as tentativas atuais para racionalizar a educação ou as raízes e os efeitos da proletarianização sobre o próprio trabalho de ensinar”. (APLLE, 1987, p. 06).

Neste sentido, Yannoulas destaca que a precarização do trabalho docente materializado na diminuição relativa dos salários para o ensino primário está completamente vinculada à feminização deste trabalho. Para ela:

Pelos argumentos naturalistas da identidade feminina as mulheres poderiam desempenhar melhor essa profissão. De outra parte, a limitada remuneração outorgada se justificava em grande medida no argumento ecológico da identidade feminina, pois as mulheres apenas precisariam de um salário complementar, sendo filhas ou esposas em um lar onde um chefe de família, homem, desempenharia o papel de provedor principal (YANNOULAS, 2011, p. 278).

Apesar do cuidado em não estabelecer dogmas teóricos, tão combatidos por nós desde o início deste texto, ao concordarmos com esta abordagem, estamos constituindo aqui um vínculo definitivo entre precarização e feminização. Estamos assumindo que são mais que dois processos distintos. São, para nós, faces das trajetórias históricas da profissão docente, nosso objeto maior de estudo.

Como vimos, se os processos estão tão imbricados, então nossos olhares teóricos devem compartilhar dessa assertiva. Apesar de parecer que estamos em um movimento de conclusão, estamos apenas procurando espaços para novos estudos, novas abordagens. Buscamos justificativas para voltarmos os olhares a questões intrínsecas aos nossos sujeitos históricos, os professores. Tanto precarização, quanto feminização, enquanto faces das trajetórias docentes, ainda estão por serem desvendadas pela história:

Não apenas precisamos saber muito mais sobre os vínculos históricos entre feminização e proletarização, mas também examinar a construção baseada no gênero presente na própria tese. Tal como o profissionalismo, a proletarização é construída com base numa definição “masculina” da qualificação (OZGA, 1991, p. 153).

Com isso, não pretendemos construir uma nova categoria para o estudo da história docente. Defendemos que ambos processos devem ser abordados de forma intrínseca, no diálogo entre história social do trabalho e questões de gênero. Ainda acreditamos que trilhamos um caminho profícuo. Resta-nos o definitivo esforço da pesquisa empírica, onde iluminados pelas questões aqui abordadas, poderemos entender e até negar nossas premissas e hipóteses. Sairemos em busca desses sujeitos citados na maldita frase de Maluf na tentativa de desvendar essas condições de precarização e, quem sabe, contribuir com a própria categoria docente para pensar a sua superação.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez / UNICAMP, 1999.

APPLE, Michael. Relações de classe e de gênero e modificações no processo de trabalho docente. In *Cadernos de Pesquisa*, nº 60, São Paulo, fev. de 1987, p. 3-14.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

CARVALHO, Marília Pinto. Trabalho docente e relação de gênero. In *Revista Brasileira de Educação*, nº 02, São Paulo, Agosto de 1996, p. 77-84.

ESTEVE, J. Manuel. *O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores*. Bauru: Edusc, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A Produtividade da Escola Improdutiva*, São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

HYPÓLITO, A.L. Processo de trabalho docente: uma análise a partir das relações de classe e gênero. 1994. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens de mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2007.

LEON, Adriana Duarte. Reflexões sobre a consolidação e desvalorização da profissão docente. In *Revista Querubim*, ano 05, nº 08 – v. 2, 2009, p. 03-10.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORY, Mary. (org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Lisboa: Edições 70 LDA, 1993.

NETO, Cacildo; BARROS, Jaqueline; JUNIOR Reginaldo, MARIANO, Valquíria. Capitalismo contemporâneo, crise burguesa e o trabalho profissional do assistente social: dilemas, desafios e resistências. In *Revista Debate & Sociedade*. Uberlândia. Vol1. nº 1, 2011, p. 40-54.

OIT. *Igualdade de gênero e raça no trabalho: avanços e desafios*. Brasília: OIT, 2010, 216 p.

OZGA, Jenny, LAWN, Martin. O trabalho docente: interpretando o processo de trabalho do ensino. In *Teoria & Educação*, nº 4, Porto Alegre, 1991, p. 140-58.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. In *Revista Topoi*, Vol. 12, nº 22, jan.jul. 2011, p. 270-283.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.

SÁ, Nicanor Palhares. O aprofundamento das relações capitalistas no interior da escola. In *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, nº 57, p. 20-27, maio de 1986.

SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 12.ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero e história*. México: UAM, 2008.

SFORNI, Marta Sueli de Faria. Escola Pública e Feminização Docente: faces do mesmo projeto. In *Anais do IV Seminário Nacional HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil*, Faculdade de Educação – UNICAMP, Campinas, de 14 a 19 de dezembro de 1997, CD-Rom.

YANNOULAS, Silvia. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. In *Temporalis*, Brasília, ano 11, n.22, jul./dez. 2011, p.271-292.